



## AO DOMINGO

## O novo imposto sobre o património é uma medida de justiça ou uma necessidade orçamental?



**Clara Almeida Santos**  
Vice-reitora  
da Universidade  
de Coimbra

“O tema é sensível e desperta discussões altamente incendiadas pela dimensão ideológica que lhe está subjacente (o ódio destilado em alguns debates, dos dois lados em contenda, é arrepiante). Ficando claro que a justiça fiscal é talvez a forma, por princípio, mais correta de tentar minimizar as desigualdades para num momento posterior distribuir a riqueza, defendo que os impostos sobre as pessoas singulares devem incidir essencialmente nos rendimentos e não no património. Por vários motivos, dos quais destacaria três: 1. tributar o património (que já é sujeito, repare-se, a impostos) é uma forma de castigar a poupança; 2. possuir imóveis de determinado valor (e falta aferir a razoabilidade dos limites) não significa que se seja rico; 3. as alterações imprevisíveis (e potencialmente dramáticas) no mercado imobiliário nacional.”



**Fernando Gomes**  
Economista

“Trata-se, claramente, de uma necessidade orçamental. O cumprimento da meta traçada para o défice deixa o Governo sem margem de manobra. Mais despesa exige mais receita e com um crescimento económico tão débil a manta fica curta. É verdade que não se conhece ainda o alcance preciso do novo imposto. Mas a julgar pelo que se sabe, esta medida vai ter seguramente impacto no investimento em património imobiliário. Tendo presente que quase metade dos contribuintes não pagam IRS, o Governo vai ter que ser muito engenhoso para conseguir uma receita com significado sem atingir a classe média. Num momento em que o mercado imobiliário dá sinais de animação, com especial relevo para Lisboa e Porto, muito alimentado pela procura de estrangeiros que elegeram Portugal para residir, o que se espera é a definição clara dos contornos do novo imposto, ponderando todas as consequências. Caso contrário, mata-se no ovo o que já aparecia como o princípio da recuperação do setor.”



**Sebastião Fayo de Azevedo**  
Reitor  
da Universidade  
do Porto

“O Governo está a negociar com o BE e com o PCP a inclusão deste tipo de imposto no OE 2017. No essencial, pouco se sabe. Paira no ar e nos média uma enorme nuvem de incertezas, responsável por uma não menor onda especulativa sobre a dimensão e alcance do que irá ser aprovado. Neste ambiente incerto não se entende a medida de justiça, nem a necessidade orçamental, surgindo a motivação deste imposto marcada pelo selo ideológico. A realidade é que esta instabilidade fiscal e social congela a confiança e com ela o investimento interno e externo, o oposto do que a nossa economia tanto precisa. Noutra perspectiva, para mim o verdadeiro problema, estamos mais uma vez perante uma fuga para a frente. Face a uma continuada incapacidade e permissividade coletiva, dos governos, mas também da sociedade, de travarmos uma avassaladora fuga ao fisco, avaliada em milhares de milhões de euros, aumenta-se a carga fiscal. Depois do IMI, agora a taxa sobre património. Uma trajetória em espiral, perversa.”